

COGNIÇÃO INTUITIVA E PENSAMENTO DE RE*

João Carlos Brum Torres

UFRGS

I

Esta comunicação quer explorar a idéia de que se pode interpretar a concepção kantiana da intuição empírica como uma variante – evidentemente uma variante *avant la lettre* - da teoria contemporânea dos *pensamentos de re*.

Para este exercício é suficiente uma apresentação elementar e minimalista desta teoria, de acordo com a qual considera-se como *pensamentos de re*, pensamentos *objeto-dependentes*, pensamentos cuja individualização deriva, não de condições conceituais a serem satisfeitas por seus objetos, mas da relação imediata do sujeito de tais pensamentos com os objetos do quais são eles pensamentos. O que é também dizer que esses pensamentos são intrínseca e constitutivamente *relacionais*, a *percepção* constituindo-se na ilustração paradigmática deles. Uma apresentação clara desta idéia é feita por Kent Bach quando diz:

“Quando percebemos algo, podemos pensá-lo de uma maneira fundamentalmente diferente do que quando pensamos sobre ele meramente por descrição. Pensar algo por descrição é exatamente pensar

(*) Este texto é uma versão revisada da comunicação que apresentei no dia 06 de outubro de 2000, em Poços de Caldas, em uma das mesas-redondas do Grupo de Trabalho sobre Kant, atividade inclusa na programação do IX Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia - ANPOF. O texto revisado foi também apresentado no dia 30 de novembro de 2000, em Porto Alegre, no II Colóquio de Filosofia Moderna, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS

do que quer que seja que tenha as propriedades expressas pela descrição. Mas perceber algo é estar em uma relação real com ele, é encontrar-se em posição de pensá-lo como «este», e não meramente, sob algum conceito individual, como «o F». Nossos pensamentos sobre ele não são DESCRITIVOS mas DE RE. Pensamentos sobre objetos de percepção constituem a espécie básica (...) de pensamentos de re.”¹

Uma outra boa ilustração desta tese se encontra no livro de François Recanati sobre a referência direta, onde se lê:

“Um pensamento de re é empiricamente relacionado àquilo sobre o que versa. A maçã causa a percepção da maçã e isto precisa ser assim para que haja a percepção da maçã. Não há tal relação entre modos de apresentação descritivos e a referência: não precisa haver conexão causal alguma entre o homem mais forte do mundo e meus pensamentos sobre o homem mais forte do mundo.”²

Ora, consideradas as análises da *Estética Transcendental*, e à luz de outras várias e formais declarações de Kant, parece quase óbvia a confirmação de que a concepção kantiana da cognição intuitiva pode ser considerada como uma variante antecipada das teorias do *pensamento de re*. Com efeito, a declaração de abertura da *Estética* diz:

“Seja qual for o modo e sejam quais forem os meios pelos quais um conhecimento possa referir-se a objetos, a intuição é o modo como se refere imediatamente aos mesmos (...) Contudo, esta intuição só acontece na medida em que o objeto nos for dado; (...) isto só é por sua vez possível pelo fato de o objeto afetar a mente de certa maneira. A capacidade (...) de obter representações mediante o modo como somos afetados por objetos denomina-se sensibilidade (...) Aquela intuição que se refere ao objeto mediante sensação denomina-se empírica” A 19-20/B 33-34.³

(1) Kent Bach, *Thought and Reference*, Oxford University Press, 1987, p. 11.

(2) Cf. François Recanati, *Direct Reference*, Blackwell, 1997, p. 102.

(3) A citação dá o texto da tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger [VR/UBM], publicada por V. Civita, Abril Cultural, no volume *Kant* da série *Os Pensadores*, São Paulo, 1980, p. 39. As referências à primeira edição da *Crítica da Razão pura* serão feitas de acordo com a tradução de

Muito depois, no início do *Livro Primeiro da Dialética Transcendental*, na chamada passagem da classificação, Kant reitera esta mesma tese dizendo:

“Uma percepção que se refere unicamente ao sujeito enquanto modificação de seu estado é sensação (sensatio); uma percepção objetiva é conhecimento (cognitio). Este é ou / intuição ou conceito (intuitus vel conceptus). A primeira refere-se imediatamente ao objeto e é singular; o segundo refere-se mediatamente a ele, mediante um traço que pode ser comum a mais coisas” (A 320/B 376-7)

Também nos cursos de *Lógica* encontramos a expressão deste mesmo ponto. No parágrafo de abertura da *Lógica* de Jäsche, por exemplo, lê-se:

“Todos os conhecimentos, isto é, todas as representações conscientemente referidas a um objeto são ou intuições ou conceitos.”⁴

No mesmo sentido, na chamada *Lógica de Viena*, afirma-se:

“Ter cognição, percipere, é representar algo comparando-o com outros e ter uma visão de sua identidade ou diversidade com relação a eles. É, então, ter a cognição de algo com consciência.”⁵

Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão [MPS/AFM], publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2ª edição, 1989. Exceções a esta sistemática serão assinaladas.

(4) Cf. *Manual dos cursos de lógica geral*, tradução, apresentação e guia de leitura de Fausto Castilho. EDUFU, Uberlândia e IFCH-UNICAMP, Campinas, 1998, § 1, p. 158-159. A tradução do Prof. G.A. Almeida omite a palavra “conscientemente” [mit Bewußtsein] nesta passagem crítica: “Todos os conhecimentos, quer dizer, todas as representações relacionadas a um objeto são ou intuições ou conceitos.” V. *Lógica*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1992, § 1, p. 109.

(5) *Lectures on Logic*, tradução inglesa, sob o título de *Lectures on Logic*, de transcrições de várias lições de Kant sobre *Lógica*, *Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant*, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1992, p. 299 (Ak, V. XXIV, 846).

Portanto, de maneira muito límpida, estes textos evidenciam as seguintes convicções de Kant:

- a primeira e fundamental característica da cognição intuitiva é a de referir-se *imediatamente a objetos*;
- os objetos aos quais a cognição se refere imediatamente são *singulares*;
- a referência imediata a tais objetos singulares é dependente da *afecção* de nosso aparelho sensorial por tais objetos;
- o efeito dessa afecção sobre a capacidade representativa é a *sensação*, a qual, quando, como se explica no § 3, da *Crítica da Faculdade do Juízo*, é *referida ao objeto* e não ao sujeito, nos *dá* tais objetos e é uma forma de cognição;⁶
- enquanto forma de cognição, na medida em que nos dá os objetos, a intuição nos permite *identificá-los* e *discriminá-los conscientemente*, podendo ser creditada, como é dito na *Lógica* de Jäsche, com uma forma específica de esclarecimento denominada clareza⁷ *estética*, a qual deve ser atribuída restritivamente à cognição de *indivíduos* e que precisa ser contrastada à "*clareza lógica*", só alcançável quando a cognição se faz "*mediante conceitos*".

Parece fora de dúvida, portanto, que essas características fazem das intuições empíricas uma modalidade de pensamento *de re* e, portanto, um caso paradigmático de pensamento objeto-dependente.⁸ Na verdade, sustentar que a

(6) Lê-se ainda no início da *Crítica da Razão Pura*: "(...) pela sensibilidade nos são dados objetos e apenas ela nos fornece *intuições* (....). Aquela intuição que se refere ao objeto mediante sensação denomina-se *empírica*." A 19-20/B 33-34.

(7) No § 6 da *Antropologia* Kant define a «clareza» nos seguintes termos: "A *consciência das representações que é suficiente para diferenciar um objeto de um outro é a clareza. Mas a que torna clara a composição das representações é a distinção*." Na tradução francesa de M. Foucault, publicada por Vrin, Paris, 1970, p. 25.

(8) E isto tanto mais assim quando lembramos que Kant costuma acompanhar a caracterização feita acima com o contraste enfático à cognição por conceitos, que é dita sempre *indireta*, ou *mediata*,

intuição é uma forma de cognição *imediate* e *singular* é dizer que se trata da cognição de um *objeto*, não de um conceito ou de relações conceituais, e de uma cognição que se perfaz pela presença do próprio objeto ao sujeito da cognição.⁹

II

No entanto, basta a evocação do bê-a-bá do kantismo para desconfiar da aparente clareza dessa análise e para por sob suspeita a hipótese de uma equivalência limpa entre a doutrina kantiana das intuições e as teorias do pensamento *de re*.

Em primeiro lugar, e de maneira muito geral, pode-se observar que, muito embora a *afecção* seja uma condição *necessária* da cognição empírica, sob nenhuma hipótese se a poderá considerar como uma condição *suficiente*, pois, para que possamos ter a representação de um objeto exterior, é indispensável que o representemos no espaço, o que - esta a primeira e mais elementar lição do kantismo - só poderá ter lugar na medida em que, *a priori*, dispusermos do espaço enquanto *forma da intuição*. Assim, as formas da intuição, longe de poderem derivar da afecção empírica, são necessariamente pressupostas por esta.

dependente de notas características e voltada à discriminação de que é *comum* a várias coisas. Cf. B 33-34 e A 19.

(9) Importa sublinhar também que esta capacidade de ter presente os objetos empíricos é própria dos *sentidos* na acepção estrita do termo e por oposição à imaginação. Com efeito, segundo a análise de Kant, os sentidos constituem o primeiro elemento da *faculdade sensível*, o qual é caracterizado como a *faculdade da intuição com a presença do objeto*, contrastantemente com a *faculdade das intuições sem a presença dos objetos*: a *imaginação*. A seguinte passagem da denominada *Metafísica L₁* expressa o ponto com grande clareza: "*A cognição sensível surge, seja inteiramente da impressão do objeto - então a cognição sensível é uma representação dos próprios sentidos-, seja da mente (...) se torno presente para mim uma casa que vi anteriormente, neste caso a representação surge da mente (...). Tais cognições sensíveis que surgem da espontaneidade da mente são chamadas «cognições do poder formativo»; e as cognições que surgem mediante a impressão do objeto são chamadas «representações dos próprios sentidos».*" Texto referido de acordo com a tradução inglesa inclusa em *Lectures on Metaphysics*, Cambridge Edition of the Works of Immanuel Kant, Cambridge University Press, Cambridge, UK, 1997, p. 49.

Além disso, é uma lição central e ao mesmo tempo elementar da *Dedução Transcendental* a de que toda cognição de objetos envolve a síntese de um múltiplo dado, de sorte que, a rigor e em sentido próprio, nossa cognição de objetos *nunca é imediata*. Assim, para dar não mais do que um entre muitos exemplos possíveis, lê-se no § 20:

“O dado múltiplo fornecido numa intuição sensível está necessariamente submetido à unidade sintética originária da apercepção, pois unicamente mediante esta é possível a unidade da intuição (§ 17). Mas a ação do entendimento, pela qual o múltiplo de representações dadas (que podem ser tanto intuições quanto conceitos) é submetido a uma apercepção em geral, é a função lógica dos juízos (§ 19). Portanto, na medida em que dado na unidade da intuição empírica¹⁰, todo múltiplo é determinado com respeito a uma das funções lógicas para julgar, pela qual é, notadamente, conduzido a uma consciência em geral.” (B 143).¹¹

Deste texto e de vários outros que lhe são paralelos *parece* derivar-se, portanto, o seguinte:

(10) Tradução modificada de acordo com a correção de Dieter Henrich. Cf. *The Proof Structure of Kant's Transcendental Deduction*, in Ralph C. S. Walker, (ed.), *Kant on Pure Reason*, Oxford University Press, 1982, p. 70.

(11) No mesmo sentido, e quem sabe com clareza ainda maior, Kant escreve a Marcus Herz em 26 de maio de 1789: “(...) eu atribuo ao entendimento a unidade sintética da apercepção mediante a qual (...) o múltiplo da intuição (de cada cujo traço, não obstante, eu posso ser consciente *particularmente*) pode ser trazido à representação de um objeto em geral em uma consciência unificada (cujo conceito é então determinado por meio desse múltiplo). (...) Portanto, a forma em que eles são dados depende de nosso entendimento, do subjetivo, isto é, do modo específico de nossa intuição; por outro lado, depende da unidade do múltiplo em uma consciência, isto é do acordo recíproco do objeto e da cognição. Somente sob tais condições pode haver experiência de objetos e (...) se a intuição (dos objetos da aparência) não concordar com essas condições, eles serão nada para nós, isto é, absolutamente não serão objetos de conhecimento; (...) todos os dados dos sentidos (...) sem essas condições, jamais representariam objetos. (...) conseqüentemente, para mim, como ser cognoscente, eles seriam absolutamente nada.” V. Immanuel Kant, *Philosophical Correspondence, 1759-99*, tradução de Arnulf Zweig, Chicago University Press, 1986, p. 152-3.

- o que as intuições nos dão *não são objetos*, mas um *múltiplo*, vale dizer um conjunto de dados ou informações sensoriais;
- somente mediante a unificação de tal múltiplo pela ação do entendimento, conforme às funções lógicas dos juízos, torna-se possível a consciência e a experiência de objetos;
- esta unificação do múltiplo sensível, conforme explicado no § 24 da *Dedução Transcendental*, é feita pela imaginação na chamada síntese figurada, conforme as regras fornecidas pelos conceitos puros do entendimento.

Ora, como, de outra parte, parece ser um princípio bem assentado do kantismo, como se lê, por exemplo, na carta a Beck de 03 de julho de 1792, o de que

*"nada compósito pode, como tal, ser dado a nós"*¹²

parece seguir-se (i) não apenas a revogação da tese de que pelas intuições temos um acesso cognitivo imediato a singulares, mas também (ii) o caráter insustentável da hipótese da qual partimos, a saber que as intuições, entendidas à maneira de Kant, possam ser consideradas como envolvendo um pensamento *de re* segundo o concebe a filosofia contemporânea.

Na verdade, muito mais parece seguir-se dos pontos levantados até aqui, pois o que eles parecem evidenciar é o caráter profunda e radicalmente aporético da *Doutrina Transcendental dos Elementos*, em cujo desdobramento a segunda parte como que contraditória e desfaria a primeira.

Nossa confusão e perplexidade aumentam ainda mais quando tomamos conhecimento de que na história da filosofia crítica esta dificuldade foi levantada já pela primeira geração de kantianos e apresentada da maneira mais clara e formal ao próprio Kant, sem que, contudo, isso o tenha minimamente motivado à

(12) *Id.* p. 193. A mesma tese expressa em termos ligeiramente diversos é expressa na carta a Tieftrunk, de 11 de Dezembro de 1797, onde se lê: *"Por que o que é sintetizado não pode como tal ser intuído (...)." Id.*, p. 245.

correção e à emenda, não se diga da doutrina central da *Crítica da Razão Pura*, mas ao menos de sua forma de exposição.

Com efeito, em carta datada de 11 de novembro de 1791, J. S. Beck ponderou a Kant:

“A Crítica chama «intuição» uma representação que se refere imediatamente a um objeto. Mas, de fato, uma representação não se torna objetiva até que seja subsumida sob as categorias. Uma vez que a intuição similarmente só adquire seu caráter objetivo por meio da aplicação das categorias a ela, sou favorável a abandonar a definição de «intuição» que a toma como uma representação relativa a objetos. Eu não encontro na intuição nada mais do que um múltiplo acompanhado de consciência (ou pelo único «Eu penso»), um múltiplo determinado pelo último, em que não há como tal nenhuma relação a um objeto (....) ambos, intuições e conceitos, adquirem objetividade somente depois que a atividade do juízo os subsume sob os puros conceitos do entendimento.”¹³

Como se vê, a dificuldade que apresentamos acima dificilmente poderia ter sido exposta de maneira mais precisa, honesta e direta do que a formulada por Beck. No entanto, Kant fez ouvidos moucos e não enfrentou *diretamente* a objeção -nem na carta remetida a Beck em 20 de janeiro de 1792, nem, como se verá adiante, posteriormente¹⁴. Contudo, quase sete meses depois de sua primeira interpelação, Beck, visivelmente constrangido, mas também visivelmente convicto de que tratara de uma dificuldade central sobre a qual seria impossível passar por cima, dirigiu-se novamente a Kant reiterando sua dificuldade. Disse então:

(13) *Id.*, p. 180-181

(14) É verdade que, *in pectore*, Kant rejeitou a sugestão de Beck imediatamente, pois escreveu à margem da carta recebida: “Fazer de um conceito cognição de um objeto por meio da intuição, isto é, efetivamente, obra do juízo; mas a referência de uma intuição a um objeto em geral não é. Porque esta última é meramente o uso lógico da representação na medida em que como representação ela é pensada como sendo uma cognição. Quando, por outro lado, uma única representação é referida somente ao sujeito, seu uso é estético (sentimento), em cujo caso a representação não se torna uma peça de conhecimento.” *Id.*, p. 181.

“Eu gostaria de saber se o Senhor concorda com as seguintes observações. Parece-me que se não se deveria definir «intuição» na Estética Transcendental como «uma representação imediatamente referida a um objeto» ou como uma representação que surge quando a mente é afetada pelo objeto. Porque não é possível mostrar até alcançar-se a Lógica Transcendental como chegamos às representações objetivas. Também o fato de que há intuições puras exclui esta possibilidade. Eu realmente não vejo onde erro quando digo: a intuição é uma representação inteiramente determinada com relação a um dado múltiplo. (...) Em minha última carta eu mencionei este ponto que me parece obscuro. Seu silêncio, caro senhor, me fez temer ter dito algum non-sense em relação a isso. Mas quanto mais eu remôo o assunto em minha cabeça menos eu consigo ver qualquer erro em dirigir-me ao Senhor para pedir instrução e eu a peço uma vez mais.”¹⁵

Antes de examinar a resposta que Kant se viu então forçado a dar a Beck, convém sublinhar que, para os fins da análise que estamos a desenvolver, há aqui **dois** problemas a serem elucidados.

O primeiro é o problema exegético de entender como se articulam a *Estética* e a *Analítica Transcendental*, ou, para falar materialmente, a análise do modo em que se articulam sensibilidade e entendimento na cognição de particulares. O segundo é a questão obscura e difícil de entender quais as razões filosóficas de fundo que impediam a Kant de aceitar as correções de Beck e que o obrigavam a manter — ainda que ao preço de uma expressão muito obscura, elíptica e aparentemente contraditória — a tese de que as intuições nos dão um acesso imediato a singulares, espaço-temporalmente locados.

Nesta altura não será demais notar que será a resposta ao segundo destes problemas que nos manterá na trilha de que partimos e que nos devolverá à discussão sobre a equiparação da doutrina kantiana da intuição às teorias contemporâneas do pensamento *de re*.

(15) *Id.*, 192-3.

III

Pode-se dizer que a maneira *standard* de tratar as dificuldades de compatibilização das análises da *Estética* e da *Analítica Transcendental* consiste em desqualificar a cognição intuitiva e em reduzir as intuições a sensações. Assim, para dar não mais do que um exemplo, Allison diz:

“(...) de acordo com a teoria da sensibilidade de Kant, a intuição sensível fornece à mente para conceptualização unicamente dados brutos, não conhecimentos determinados de objetos. Tal conhecimento requer não somente que aqueles sejam dados na intuição, mas também que sejam tomados sob alguma descrição geral ou “reconhecidos no conceito”. Somente então podemos falar da “representação de um objeto”¹⁶

Segundo esta linha de análise, nega-se que as intuições sejam verdadeiras cognições de objetos, passa-se a considerá-las, implícita ou explicitamente, como equivalentes a meras sensações e, como faz um comentador recente da *Estética*, François-Xavier Chenet, interpretam-se as passagens da *Crítica da Razão Pura* em que Kant fala da intuição como uma cognição de objetos não mais do que como uma sobrevivência inercial — equívoca e indesejável- da *Dissertação de 70*.¹⁷

(16) V. Henry E. Allison, *Kant's Transcendental Idealism*, Yale University Press, New Haven, 1982, p. 67. Não é outra a posição de Walsh, que, mais explicitamente, diz o seguinte: “(...) as intuições precisam ser subsumidas sob conceitos para serem compreendidas; se elas são particulares elas já se encontram sob conceitos. A única maneira de sair desta dificuldade é dizer que esta sensação não é estritamente uma forma de consciência, uma vez que ela não tem verdadeiros objetos, mas que ela é um modo de experiência *sui generis*; sem ela a experiência de particulares seria impossível, embora seja falso descrevê-la como apresentando particulares para serem descritos. Conteúdos sensoriais — intuições, como Kant os denomina — não são objetos de qualquer espécie, públicos ou privados.” V. *Kant's Criticism of Metaphysics*, Edinburgh University Press, Edinburgh, 1975. Paperback reprint, 1997, p.13-14.

(17) Cf. François-Xavier Chenet, *L'assise de l'ontologie critique – L'esthétique transcendente*, Presses Universitaires de Lille, 1994, p. 287 e seguintes.

No entanto, parece simplesmente evidente que os textos da *Crítica da Razão Pura* podem ser coerentemente lidos sem que se precise optar por esta estratégia radical de correção e amputação da letra kantiana.

Com efeito, basta que se admita que as intuições, *sem deixarem de ser intuições*, envolvem, além dos conteúdos sensíveis materiais resultantes da afecção, as determinações resultantes da própria *forma da intuição*, assim como as propriedades de cognição *objetiva*, que resultam da submissão do múltiplo sensível à unidade sintética da percepção, para que o texto se articule de uma outra maneira.

A alternativa exegética que estamos considerando é, portanto, a seguinte. Ou bem se considera que a combinação ou síntese do entendimento identifica-se sem resto com a execução de juízos, de tal sorte que toda percepção deve ser analisada e reduzida a um juízo particular, eventualmente não expresso lingüisticamente, mas não por isso menos certamente executado, ou bem admite-se que as atividades sintéticas do entendimento se exercem em um duplo regime, tanto para combinação de representações conceituais em juízos, quanto para unificação do múltiplo sensível na síntese da apreensão.

Obviamente somente esta segunda opção permite dar conta de textos essenciais da *Dedução Transcendental*, como, por exemplo, as seguintes passagens do § 26:

" (...) por síntese da apreensão entendo aquela composição do múltiplo numa intuição empírica mediante a qual [se] torna possível a percepção, isto é, a consciência empírica de tal intuição (como fenômeno) (B 160). (...) toda a síntese pela qual se torna possível mesmo a percepção está sob as categorias (...) " (B 161)

Creio que uma clara e persuasiva apresentação do que vai implicado nesta opção é feita por Hoke Robinson quando explica:

"A função do entendimento é produzir cognições combinando duas ou mais representações em um juízo (...). Ora, a lógica nos diz que há um certo número de modos em que as representações podem ser combinadas em juízos (...). Mas estes modos de julgar podem ser vistos como a aplicação especializada a juízos de modos gerais ue combinação que residem no entendimento: se se

*revelar que há outras áreas **adicionalmente** aos juízos em que o entendimento pode realizar esta atividade combinatória, esperaríamos que houvesse um sistema de formas de combinação correspondente às formas do juízo. (...). Mas neste ponto da exposição (...) ainda não há indicação de que de fato exista, além do juízo, outras áreas de especialização das funções gerais de combinação do entendimento: ainda não sabemos o que vamos aprender na Dedução Transcendental, notadamente que as categorias se aplicam, não somente à formação dos juízos, mas também à formação das intuições. (47-48).¹⁸*

Bem entendido, esta opção hermenêutica implica, como diz Lorne Falkenstein, que sejam incluídas entre as operações do entendimento as operações mediante as quais, na percepção, tomamos nossas representações do múltiplo sensível como representações de objetos.¹⁹

(18) In *The Transcendental Deduction from A to B: Combination in the Threefold Synthesis and de Representation of a Whole*. The Southern Journal of Philosophy, (1986), Vol. XXV. Supplement. Esta interpretação pode ser abonada por muitos textos. Assim, por exemplo, em B 130 lê-se: "(...) toda ligação - (...) quer seja uma ligação do múltiplo da intuição ou de vários conceitos (...) — é uma ação do entendimento que designaremos com o nome geral se *síntese para* (...) observar que não nos podemos representar nada ligado no objeto sem o termos nós mesmos ligado antes (...)". Cf. B 162, nota.

(19) É o que explica muito claramente o texto seguinte: "(...) neste sentido conceitos são somente um dentre os produtos da síntese intelectual; também há as percepções. Em paralelo com esta segunda opção também podemos tomar «intuição» como significando representação singular ou percepção. Mas se definirmos «intuição» desta maneira precisamos reconhecer que «intuições» não são distintas das representações intelectuais, mas são um sub-conjunto destas últimas, notadamente produtos do processo intelectual de combinação ou síntese figurativa." V. Lorne Falkenstein, *Kant's Intuitionism, A Commentary on the Transcendental Aesthetic*, University of Toronto Press, Toronto, 1995, p. 69-70. Sellars já expressara o mesmo ponto ao dizer: "É essencial ver que a intuição é uma espécie de **pensamento**, porque qualquer explicação em termos de 'sense datum' torna ininteligíveis certas características essenciais da teoria do conhecimento de Kant, por exemplo, o esquematismo. As categorias, assim, se aplicam às intuições, porque o conteúdo das **intuições** (dos múltiplos) as contém, ainda que não o conteúdo das **sensações**." V. *Transcendental Idealism*, § 11. Texto publicado originalmente em *Collections of Philosophy* 6, 1976 (165-181), agora disponível na Internet, no endereço <http://www.ditext.com/sellars/kti.html>.

É fundamental dar-se conta, porém, que se, por uma parte, esta linha de interpretação permite resolver a contradição aparente entre a *Estética* e a *Analítica* – e permite resolvê-la sem a amputação do texto crítico, nem renúncia à idéia de que as intuições, mesmo no contexto da Analítica, hão de ser entendidas como cognições de objetos singulares —, de outra parte nos deixa com o problema, provavelmente ainda maior, de entender como, não obstante a dependência da combinação e da síntese, pode a intuição de particulares continuar a ser pensada como uma forma de cognição imediata.

Sublinhe-se igualmente que é da possibilidade de resolver positivamente este enigma que depende a preservação da hipótese apresentada inicialmente de que as intuições empíricas possam ser equiparadas aos ditos pensamentos *de re*.

IV

O esclarecimento adequado desta dificuldade exige que se entenda pelo menos dois obscuros e importantes textos de Kant, a saber: a sempre reparada nota ao § 26 da *Dedução Transcendental* e a resposta de Kant às já referidas cartas de Beck.

Antes, porém, de apresentar o que parece ser a solução para essa questão difícil, convém sublinhar que a dificuldade está em entender como é possível que a percepção, conquanto resulte de uma síntese do entendimento, guarde o caráter de uma relação direta aos objetos.

O que é também dizer que o ponto crítico se encontra em compreender como é *preservada* a vinculação da representação sintetizada ao objeto que deu origem a seus componentes. Uma ilustração da dificuldade em jogo aqui - ainda que exposta numa outra terminologia e em contexto distinto, mas que, nem por ser anacrônica, deixa de ser útil para esclarecimento da questão que nos está a interessar- se encontra na seguinte passagem de Russell:

" (...) de acordo com os princípios gerais que precisam governar toda correspondência de coisas reais com os objetos da percepção, qualquer princípio que introduza diversidade entre estes

precisa introduzir uma diversidade entre aquelas. (...) se há tal correspondência, é necessário supor que a diversidade nos efeitos - isto é, nos objetos percebidos - implica diversidade nas causas -isto é, nos objetos reais. Assim, se percebo dois objetos no campo visual preciso supor que pelo menos dois objetos reais estão envolvidos no causar minha percepção.”²⁰

Ora, se a representação dos objetos resulta necessariamente de uma síntese do múltiplo sensível, pareceria forçoso admitir que há necessariamente a *suspensão da dependência* (i) do *objeto representado mediante a síntese* (ii) *do objeto que causa a afecção*, uma vez que o elemento fundador de tal dependência, o caráter *dado* deste último, parece desvanecer-se em decorrência da tese segundo a qual *dado é o múltiplo, não o objeto da intuição*.²¹

O desafio interpretativo aqui está em compreender como é possível, não apenas que o múltiplo *a ser sintetizado* tenha sido dado, mas que *o múltiplo sintetizado* —o que Kant denomina *o compósito* - *seja sintetizado enquanto dado*.

Antes de elucidar este ponto convém lembrar, porém, que Kant rejeitou a sugestão que Beck por duas vezes lhe apresentara de que se abandonasse a “*definição de «intuição» (...) como uma representação relativa a objetos*”²², ou como “*uma representação que surge quando a mente é afetada pelo objeto*.”²³

A razão de fundo para esta recusa, como já observado, Kant não a apresentou diretamente, mas a expôs, em uma espécie de circunlóquio, ao recusar a proposta de uma conceituação nova e alternativa das *intuições*.

Com efeito, Beck se pronunciara sobre esse ponto dizendo:

(20) V. *On the Relations of Universals and Particulars*, em *Logic and Knowledge - Essays* — 1901 — 1950, George Allen & Unwin, Londres, 1956, p. 121.

(21) Fossem as coisas assim e seria forçoso admitir a possibilidade de que um múltiplo originado pela afecção da sensibilidade por um único objeto viesse a ensejar a formação da representação de um, de dois, de três ou mais objetos!

(22) Cf. Carta de Beck a Kant datada de 11 de novembro de 1791, ed. cit., p. 180-1.

(23) Cf. Carta de Beck a Kant datada de 31 de maio de 1792, ed. cit., p. 191.

"Eu realmente não vejo onde erro quando digo: a intuição é uma representação inteiramente determinada com relação a um dado múltiplo."²⁴

A resposta de Kant será uma recusa formal dessa sugestão, ainda que apresentada polidamente:

"Quanto à sua definição de intuição como uma representação inteiramente determinada com respeito a um múltiplo dado, eu não teria nada a acrescentar exceto isto: a determinação completa aqui precisa ser entendida como objetiva, não como existente meramente no sujeito (uma vez que é impossível para nós conhecer todas as determinações do objeto de uma intuição empírica)"

O que é quase dizer que a proposta de Beck é um disparate pois, explica Kant, é impossível definir a intuição como uma representação inteiramente determinada simplesmente porque completamente determinado só pode ser o próprio objeto, sua intuição, como assinalado imediatamente, *qua* representação, só podendo resultar da síntese do múltiplo sensível que nós próprios fizemos.

Todavia, o mais importante da resposta de Kant ainda está por vir, uma vez que a seqüência do texto, ao mesmo tempo em que dirá que *"nada composto pode, como tal, ser dado a nós"*²⁵ sustentará que, não obstante, a síntese das representações, *"para estar de acordo com o objeto não pode ser arbitrária."*

Ora, se procurarmos esclarecer o sentido do termo «*arbitrário*» a partir das análises que Kant dedica aos conceitos ditos «*arbitrários*», seja na *Crítica da Razão Pura*, seja nos cursos de lógica, seremos levados a entender que por *arbitrários* Kant entende os conceitos que *não* nos são *dados* "nem pela natureza do entendimento, nem pela experiência"²⁶ e que, ao contrário, são produzidos por

(24) *Id. ib.*

(25) Exceto o que a *Nota a Segunda Antinomia* denominará de *compositum ideale*, por oposição a um *compositum reale*. V. adiante nota 30.

(26) V. A 729-30/B 757-58.

uma “*síntese arbitrária*”²⁷, como ocorre na matemática, onde “*o conceito do objeto*” é “*dado pela definição*.”²⁸

Entende-se, assim, que se a síntese das representações não pode ser *arbitrária*, isso quer dizer que o sintetizado — a despeito de que Kant sustente que “*nada compósito pode, como tal, ser dado a nós*” —, de certo modo, tem que ser *dado*, sob pena de que a representação que dela resulte não possa estar de acordo com os objetos.

A primeira vista não se vislumbra solução para este problema, já que parecemos enredados em uma contradição formal. Heidegger, como sempre um finíssimo leitor de Kant, dá, porém, uma indicação da direção de saída deste impasse ao dizer:

*“(....) a expressão «síntese» não é simplesmente plurívoca nela mesma, mas, ademais, é seguidamente empregada por Kant em casos em que justamente ele não tem em vista um com-por ou um compreender pela espontaneidade ponente, tética, mas um com-por que ele interpreta antes como um olhar-conjunto (Zusammen-schauen), isto é, como um permitir-encontrar. Por «síntese» ele entende então propriamente uma syn-opsis, segundo um termo que, por certo, ele utiliza bem raramente e pelo qual visa (....) uma com-doação originária: esta doação que deixa o «com» encontrar a partir de uma unidade. Ora, este permitir encontrar anterior, a partir de uma unidade, segura mais originariamente junto que não o faria qualquer reunião a posteriori de um dado inicialmente disperso.”*²⁹

A dica de Heidegger é, portanto, a de que se deve interpretar a síntese como um *olhar-conjunto*, como uma unificação por assim dizer originária. O desafio exegético está, evidentemente, em ir além das metáforas de Heidegger e encontrar mais rente ao texto de Kant uma interpretação que permita esclarecer em que sentido a síntese envolvida em toda cognição de objetos pode preservar a anterioridade destes e assim a dependência do pensamento com relação a eles.

(27) V. id. ib. Cf. *Lectures on Logic*, ed. cit., p. 360 (Ak, XXIV, 918-19).

(28) A 730/B 758.

(29) Martin Heidegger, *Interpretação Fenomenológica da Crítica da Razão Pura*, na trad. para o francês de E. Martineau, Gallimard, 1977, p. 136-7 (Gesamtausgabe, XXV, p. 134).

O texto central para uma tal interpretação literal encontra-se na já referida nota ao § 26 da *Dedução Transcendental*, onde se lê:

“Representado como objeto (como realmente se requer na Geometria), o espaço contém mais do que a simples forma da intuição, a saber, a compreensão do dado múltiplo segundo a forma da sensibilidade numa representação intuitiva, de modo que a forma da intuição dá somente o múltiplo, mas a intuição formal a unidade da representação. Na estética, enumerei essa unidade meramente como pertencente à sensibilidade para apenas observar que precede todo o conceito, não obstante pressuponha uma síntese que não pertence aos sentidos, mas mediante a qual todos os conceitos do espaço e tempo tornam-se primeiramente possíveis. Com efeito, visto que mediante tal síntese (na medida em que o entendimento determina a sensibilidade) o espaço e o tempo são pela primeira vez dados como intuições, então a unidade desta intuição a priori pertence ao espaço e ao tempo, e não ao conceito do entendimento (§ 24)” (B 160-161, nota).

Sem agora querer nem poder comentar *mot-à-mot* esse texto desconcertante e decisivo, importa-me, primeira e simplesmente, destacar a afirmação, feita quase ao final do trecho citado, consoante a qual é *mediante a síntese que o espaço e o tempo são pela primeira vez dados como intuições*. E isto porque o que parecia simplesmente impossível – a compatibilização dos conceitos de «*síntese*» e de «*dado*» – é expressamente coligado por Kant e coligado de tal forma que *é o próprio caráter dado do espaço e do tempo que é feito dependente da síntese*.

Contudo, este apoio textual não deixará de ser uma solução puramente verbal enquanto não forem esclarecidas as estritas condições sob as quais se pode entender esta enigmática conjunção da *síntese* e do caráter *dado* das representações intuitivas. O essencial aqui é entender que essa conjunção feliz só poderá ter lugar se o múltiplo a ser sintetizado tiver a única forma compatível com isso, a saber: a *forma de uma representação singular a priori* – vale dizer a *forma do espaço ou do tempo* – e não, como diz o texto, a forma universal de um conceito comum.

E isto assim *porque somente o que possui a propriedade fundamental da forma da intuição – a singularidade a priori – pode preservar o modo de individuação próprio das entidades que estão para a intuição pura como partes dela e como partes que, por serem limitações do espaço infinitamente dado, estão virtualmente já desde sempre*

disponíveis, uma vez que o espaço enquanto forma originária da intuição “é uma grandeza infinita dada”³⁰. O que é também dizer que é esta *inerência à forma da intuição que garante o caráter não arbitrário da síntese*, vale dizer uma síntese em que o composto é sintetizado *enquanto dado*.³¹

Sendo assim, deve-se entender, nos termos do exemplo proposto na nota do § 26, que a formação das representações espaciais — não do espaço e do tempo como tais, como mal interpretam alguns³², mas de figuras espaciais determinadas como uma figura cônica ou esférica, conforme ilustrado ao final do § 38 dos Prolegômenos — pressupõe a estrutura do espaço. Portanto, é esta última — que compreende tanto propriedades formais como o caráter contínuo, a divisibilidade ou a tridimensionalidade, quanto o regime especial de relação todo parte que lhe é peculiar —, que garante o caráter não arbitrário da síntese ao permitir que *o composto, não obstante sintetizado, herde e conserve o caráter «dado» de seus componentes*. Este, aliás, me parece ser o sentido da sentença final da nota que estamos comentando, quando Kant diz que:

“(....) a unidade desta intuição a priori pertence ao espaço e ao tempo, e não ao conceito do entendimento.”³³

(30) É exatamente esta idéia que está contida em A 438/B 466 quando Kant diz: “O espaço deveria ser chamado propriamente não de compositum mas de totum, porque as suas partes são possíveis somente no todo e não o todo é possível mediante as partes. Talvez pudesse ser chamado de compositum ideale, mas não de compositum reale.”

(31) Em B 69-70 lê-se: “ (...) no fenômeno os objetos, até mesmo as propriedades que lhes atribuímos, são sempre considerados algo realmente (wirklich) dado (...)”.

(32) Michel Fichant, chama atenção sobre o equívoco de Béatrice Longuenesse na leitura deste texto. Cf. «L'espace est représenté comme une grandeur infinie donnée»: la radicalité de l'Esthétique, in PHILOSOPHIE, n° 56, dezembro de 1997, p. 35. Fichant tem em vista a releitura da *Estética Transcendental* proposta por Longuenesse à p. 236 e seguintes de *Kant et le pouvoir de juger*, Epiméthé, PUF, Paris, 1993.

(33) Creio que é uma tese muito próxima a esta a que está contida em A 284/B 340: “(...) na intuição se encontra algo que de modo nenhum se encontra no simples conceito de uma coisa em geral [versão de VR/

Creio que essa análise pode ser melhor esclarecida se, lembrando o exemplo da *Segunda Analogia*, reconhecermos que, ao termos a representação de uma casa, poderemos percorrer-lhe os aspectos da cumeeira aos alicerces ou, indiferentemente, destes àquela, sem que, contudo, possamos deixar de reconhecer — e reconhecer *imediatamente* — as relações topológicas *dadas* que não nos permitem ter o teto como rente ao solo, nem as fundações apontadas às estrelas, nem as janelas que estão à esquerda da porta à direita desta e assim por diante.³⁴ Um outro exemplo, quem sabe mais eloqüente, seria o que nos obrigaria a representar-nos uma luva ou como esquerda ou como direita, mas não indiferentemente.

Na verdade, um esclarecimento mais preciso deste ponto o devemos a Lorne Falkenstein quando diz:

“Imagine-se um triângulo preto não vazado desenhado em uma folha de papel branco. Imagine-se que todos os pontos sobre a folha são designados por uma notação tripla $\langle x,y, b/p \rangle$, onde x e y referem-se a coordenadas cartesianas do ponto na folha de papel e p é escolhido se o ponto for preto e b se o ponto for branco. Imagine-se então que cada ponto da folha de papel seja objeto de um pensamento distinto. O resultado será uma lista infinita de pensamentos; $(0,0, p)$, $(3,7, b)$ e assim por diante. Na medida em que cada ponto na folha é a matéria-objeto de um pensamento distinto não haverá (...) um pensamento da aparência da folha como um todo único e há, portanto, um sentido em que a folha não terá sido percebida. Para que ela seja representada é necessário que esta multiplicidade infinita de informações seja de algum modo reunida em um pensamento simples, a «soma» de tudo aquilo que os pensamentos listados por assim dizer «adicionam». (...)

UBM] e é este algo que fornece [versão MPS/AFM; VR/UBM propõem “esta fornece”, opção de tradução que induz o leitor a pensar que o pronome demonstrativo está por “coisa em geral”, o que tornaria o texto incompreensível] o substratum que de modo algum seria conhecido através de simples conceitos, a saber, um espaço, que, com tudo o que contém, consiste em meras relações formais ou também reais (...) [MPS/AFM]”.

(34) Parece-me que é exatamente esse ponto, ainda que expresso de uma maneira um tanto obscura, que Kant tem em mente ao dizer, ainda no § 26: “ (...) se por exemplo elevo a uma percepção a intuição empírica de uma casa mediante a apreensão do múltiplo dessa intuição, então tenho como fundamento a *unidade necessária* do espaço e da intuição sensível externa em geral, e conforme essa unidade sintética do múltiplo no espaço como que esboço a sua figura.” (B 162)

para que isso sobrevenha é necessário que alguma processo de «soma» ocorra. Todos os diferentes pontos na folha de papel precisam ser reunidos e compostos.”³⁵

Por certo, a ênfase de Falkenstein está na necessidade de conjunção ou soma dos pontos percebidos serialmente, mas é óbvio que a imagem da folha de papel torna forçoso pensar que, quando da síntese, os elementos sobre os quais ela se perfaz — os pontos — são pensados como pontos *da folha*, de sorte que o sintetizado — os pontos *somados* — é tomado como antecedente à tal conjunção ou soma.

Creio que uma outra maneira de ilustrar essa tese é termos em mente o modo como percebemos um cubo maciço e não transparente. Basicamente podemos dizer que o apreendemos em uma sucessão de visadas perceptivas, que podemos apresentar esquematicamente da maneira seguinte:

T : percepção de L e L;³⁶
 T^1 : percepção de L¹ e L²;
 T^2 : percepção de L³ e L⁴;
₃ ₅ ₆

Na medida em que o caráter tridimensional é uma propriedade constitutiva da representação do espaço, é evidente que ao *chegarmos* às faces não vistas nos atos perceptivos ocorridos em cada tempo e em função do ponto de vista em que, a cada vez, nos situarmos, não estaremos a tomar conhecimento de nada que *já não soubéssemos*. Antes devemos dizer que a distribuição temporal da percepção dos lados do cubo, embora necessariamente serial, é como que anulada pelo caráter já desde sempre tri-dimensional da representação do espaço, a qual torna o seqüenciamento das visadas um movimento simplesmente subjetivo de reconhecimento de propriedades que são acessadas como já desde sempre aí. O que é dizer que a intuição empírica de um dado de jogar é a intuição *imediate* de um

(35) V. Lorne Falkenstein, o. cit., p.. 246-7.

(36) “T₁” está por “Tempo 1” e assim por diante; “L₁” está “Lado 1” e assim por diante.

objeto tridimensional, provido com 6 faces, ainda que as visadas perceptivas jamais nos possam dar acesso simultâneo a todas elas e a despeito de que a retenção mnemônica de L_1 , L_2 , L_3 e L_4 em T_3 não tenha privilégio epistêmico algum³⁷, não fazendo mais do que ratificar o que, em qualquer dos tempos em questão — em T_1 tanto quanto em T_2 ou T_3 —, já se sabia³⁸. Também neste caso ilustra-se com

(37) É importante notar que negar o privilégio epistêmico da “reprodução” não é negar a necessidade psicológica e lógico-transcendental —tão clara e enfaticamente afirmada em A 102— do encadeamento das percepções, mas é simplesmente dizer que a retenção do percebido em T_1 e T_2 em T_3 é simétrica à função que a imaginação cumpre em T_1 ao antecipar a cognição intuitiva dos lados que só virão a ser vistos em T_2 e T_3 (Cf., adiante, na nota 39, a citação da *Reflexão* 6314). Sobre a função antecipatória da imaginação cf. *Antropologia*, § 37, ed. cit., p. 57 e *Metafísica* L_1 , ed. cit., p. 54-55 (AK, 28, 236-7).

(38) Estamos considerando aqui as propriedades *formais* dos objetos intuídos espacialmente. O que é dizer que se, ao ver uma laranja, sei imediatamente que ela tem uma parte posterior que minha vista não alcança, de modo nenhum poderei saber *a priori* se tal parte está podre ou não. (Fabian Scholze chamou-me a atenção para a importância de fazer esta precisão em uma de minhas aulas na UFRGS.) Aliás, Kant trata formalmente desse ponto na *Disciplina da Razão em seu Uso Dogmático* ao dizer: “ (...) só o conceito de quantidades é passível de ser construído, isto é, apresentado *a priori* na intuição; as qualidades, no entanto, não podem ser apresentadas em nenhum outra intuição que não a empírica. (...) É possível formar intuitivamente a figura de um cone simplesmente segundo o conceito e sem qualquer auxílio empírico, mas a cor deste cone tem que estar previamente dada numa ou noutra experiência.” (A 714-5/B 742-3). De outra parte, cumpre ainda observar que se, ao intuir, eu dispuser do *conceito* da coisa intuída, então poderei antecipar suas características ou propriedades materiais *essenciais*, mesmo que não as perceba distintamente. É o que Kant explica no § 5 da *Antropologia* ao nos dizer que “se vejo um homem ao longe em um campo, sem lhe ver os olhos o nariz a boca, etc”, não obstante tenho que admitir que tais traços, de algum modo — ou mais exatamente *pelo modo da inferência* — incluem-se na representação intuitiva, porque, não fosse assim, “eu não poderia nem mesmo dizer que vejo um homem, pois é a partir dessas representações parciais que se compõe o todo (da cabeça ou do homem).” Cf. *Antropologia*, § 5. (Na tradução francesa de M. Foucault, publicada por Vrin, Paris, 1970, p. 23). Poder-se-ia pensar que a antecipação do caráter tridimensional de um objeto dado na percepção — a antecipação que o observador fará de uma parte posterior ou uma parte inferior cuja visão, em sentido estrito, dependerá da sequência de atos perceptivos — pode ser reduzida aos termos deste exemplo, havendo lá como cá uma *inferência*. Penso que a diferença entre os dois casos se torna clara, porém, se lembrarmos a distinção estabelecida por Kant entre o *erro* e a *ilusão*. A ilusão, diferentemente do erro — seja a ilusão sensível, seja a ilusão transcendental —, não é uma falha

clareza, não apenas em que sentido são *dados* os elementos a serem sintetizados

em uma cadeia inferencial e por isso não deixa de produzir seus efeitos quando corrigida: ela é um distúrbio primário, imanente e necessário do uso das faculdades cognitivas. Ademais, no caso da ilusão intuitiva, um distúrbio *imediat*o. É o que Kant deixa claro em A 297/B 354, onde se lê: “(....) *tampouco podemos evitar que o mar pareça mais alto no meio que na praia porque no primeiro caso vemos-lo mediante raios luminosos mais altos do que no segundo, ou mais ainda, assim como o próprio astrônomo não pode evitar que a lua ao surgir pareça maior, se bem que ele não seja enganado por essa ilusão.*” Assim, a impressão de tridimensionalidade de que Kant nos fala ao evocar o exemplo da pintura de uma escada na Prefeitura de Amsterdam, que nos é apresentada por “*uma porta que nos convida a subi-la*” (Antropologia, § 13, ed. cit. p. 34), é um caso de ilusão, não de erro inferencial e, se a apreciarmos como que *a contrario*, poderemos reconhecer nela o caráter imediato, não ilativo, da cognição da tridimensionalidade possível dos objetos dados no espaço. Registre-se, a propósito, que, caso ocorresse, nos termos do exemplo apresentado acima, que o *dado* que percebêssemos não fosse um *dado* mas um modelo tri-dimensional produzido por um desenhista industrial com o objetivo de mostrar a um diretor de empresa a aparência final dos dados a serem fabricados, modelo este em que estivessem faltando duas faces, o erro que haveria em tomar essa prova como um dado seria um erro de ilação, porque se tomaria a vista de quatro faces como base de inferência para a crença de que materialmente haveria no objeto em questão duas outras faces ainda não vistas. Já no caso de tomar-se um desenho em perspectiva como uma evidência da profundidade, o erro não deriva da viciosa ilação que leva de propriedades materiais vistas a propriedades materiais não vistas, mas decorre, antes, de uma distorção provocada diretamente pelo *visto*, por uma espécie de estruturação do que está completamente manifesto, diretamente presente aos olhos. O erro no primeiro caso não está na suposição da tridimensionalidade do objeto percebido, mas na antecipação equivocada, baseada no conceito de *dado de jogar*, de que o modelo seria completo e teria materialmente as seis faces. Já no caso da *porta de Amsterdam*, o erro é uma consequência de uma certa manipulação da perspectiva que faz com que se atualize indevidamente – que faz com que como que *dispare* — na intuição formal o pressuposto *a priori* da tridimensionalidade do espaço, inerente à forma da intuição. Antes de concluir convém ainda observar que a afirmação de B 154 de que “*Não podemos (....) representar as três dimensões do espaço sem por, a partir do mesmo ponto, três linhas perpendiculares entre si (....)*” parece contradizer frontalmente a linha de leitura que estamos propondo. No entanto, creio que basta bem compreender o sentido de “*representar*” neste contexto para não superestimar a força a ser atribuída a “*por*”: *representar* aqui está por *formar a imagem*, está por *figuração* da tridimensionalidade, de sorte que o que é *posto* não é a tridimensionalidade do espaço, mas a figura dela, “*posição*” esta que, por sua vez, só é possível se pressuposto o espaço como forma da intuição.

(no exemplo: L_1 e L_2 ; L_3 e L_4 ; L_5 e L_6), mas em que sentido o *compósito* –vale dizer: o cubo — é sintetizado *enquanto dado*.

Ou ainda, de maneira generalizada: percebe-se, assim, em que sentido se pode dizer que é mediante a *síntese* que as figuras espaciais nos são *dadas*, assim como se entende sem dificuldade que se possa dizer, como fizemos acima, que para que a relação dos compósitos sintetizados aos objetos não seja arbitrária é indispensável não apenas *que o múltiplo a ser sintetizado tenha sido dado, mas que o múltiplo sintetizado – o que Kant denomina no texto o compósito - seja sintetizado enquanto dado*.³⁹

(39) Na verdade este é um ponto básico da filosofia de Kant, já presente na própria determinação da *simultaneidade* como nota essencial do conceito de espaço por oposição à *sucessividade* que cumpre o mesmo papel com relação ao conceito de tempo, conforme tão claramente expresso na seguinte passagem da *Exposição Metafísica do Conceito de Tempo*: “ (...) *diversos tempos não são simultâneos mas sucessivos (assim como diversos espaços não são sucessivos, mas simultâneos.*” (A 31/B 47) É este mesmo ponto que se encontra exposto com espetacular clareza na *Reflexão 6314* (Ak, 18: 616): “*Não nos podemos representar nenhum número exceto mediante a enumeração sucessiva no tempo e então por meio da reunião conjunta dessa multiplicidade na unidade de um número. Contudo, esta última não pode ocorrer senão graças a meu colocá-las umas ao lado das outras no espaço; porque elas precisam ser pensadas como dadas simultaneamente, isto é, como coligidas conjuntamente em uma representação, porque, não fosse assim, esse múltiplo não constituiria número algum; simultaneidade, contudo, possivelmente não pode ser conhecida a menos que, em acréscimo a meu ato de por o múltiplo junto, eu possa apreendê-lo (não apenas pensá-lo) como dado tanto antes como depois*”. Apud Paul Guyer, *The Claims of Knowledge*, Cambridge University Press, 1987, p. 298. Também em B 134 se pode ler: “*Enquanto dada a priori a unidade sintética do múltiplo das intuições é portanto o fundamento da identidade da própria apercepção, que precede a priori todo meu pensamento determinado.*” Por fim, no § 26 da *Crítica da Faculdade de Julgar* Kant por assim dizer expande este ponto ao afirmar: “ (...) *o ânimo escuta em si a voz da razão, a qual exige a totalidade para todas as grandezas dadas, mesmo para aquelas que na verdade jamais podem ser apreendidas inteiramente, embora sejam ajuizadas como inteiramente dadas (na representação sensível), por conseguinte reivindica a compreensão em uma intuição e apresentação para todos os membros da série numérica progressivamente crescente e não exclui desta exigência nem mesmo o infinito (espaço e tempo decorrido), torna, muito antes, inevitável pensá-lo no juízo da razão comum como inteiramente dado (segundo sua totalidade).*” *Crítica da Faculdade do Juízo*, trad. de V. Valério Rohden e António Marques, Forense Universitária, Rio de Janeiro/São Paulo, 1993, p. 100 (B 91-2; Ak, 5, 254).

Adicionalmente convém ainda notar que, mesmo se variarmos o experimento mental e supusermos, não que o triângulo esteja dado, mas que se esteja a desenhá-lo, ainda assim a síntese matemática na intuição pura não estará inteiramente livre de constrangimentos. É o que Falkenstein explica na seqüência do texto que acabamos de citar:

(....) é importante ser claro sobre o que eu faço e sobre o que eu sou obrigado a fazer. Quando desenho um triângulo (....) há um sentido em que o «espaço» para a minha atividade já existe. O papel está aí, todos os seus pontos estão ordenados em duas dimensões e tudo o que faço é marcar alguns desses pontos (....) um depois do outro. Embora eu tenha uma certa liberdade sobre como executar esse procedimento (....) o papel ele próprio me constrange (....) A ordem dos pontos é originalmente fixada pelo papel. (....) Tudo o que faço (....) é percorrer uma ordem de pontos já dada. Não posso criar ou definir a própria ordem ou, para por a questão mais tecnicamente, não posso mudar sua topologia, ou mesmo sua métrica (....). Estes são aspectos que são simplesmente dados e fora de meu controle.”⁴⁰

Ora, creio que são exatamente estes constrangimentos *anteriores* à construção dos espaços geométricos determinados e às suas respectivas figuras que fazem com que Kant rejeite a proposta de renúncia à tese da *Crítica da Razão Pura* de que pela intuição nos são *dados objetos*. E creio que é exatamente este ponto que ele procura explicar na carta que, em 3 de julho de 1792, dirige a Beck quando diz:

“(....) se o compósito precisa ter a única forma de acordo com a qual o múltiplo dado pode ser sintetizado, segue-se que esta forma é o aspecto meramente subjetivo (sensível) da intuição. A forma precisa ser a priori, mas ela não é pensada (porque somente o sintetizar como atividade é um produto do pensamento); ela precisa, antes, ser dada em nós (espaço e tempo) e precisa, portanto, ser uma representação singular e não um conceito (repraesentatio communis).”⁴¹

(40) V. Lorne Falkenstein, o. cit., p. 246-7.

(41) Id, 193-194.

Que, de outra parte, se deva admitir que esta mesma análise valha para além do terreno das representações geométricas e se aplique à percepção em sentido estrito, à intuição empírica de objetos reais, é uma lição muito explícita da *Crítica da Razão Pura*. Assim, na *Elucidação dos Postulados do Pensamento Empírico*, lê-se:

“Ora, é somente porque o espaço é uma condição formal a priori das experiências exteriores que a síntese figurativa, pela qual construímos um triângulo na imaginação, é inteiramente idêntica àquela que exercemos na apreensão de um fenômeno para fazermos disso um conceito de experiência;⁴² só por isso se pode ligar a este conceito de triângulo a representação da possibilidade de uma coisa semelhante.” (A 224/B 271)⁴³

O mesmo ponto é feito, ainda que reversamente e em termos mais fortes e obscuros, na prova do princípio das *Analogias*, numa passagem em que Kant diz que, ao ensejo de uma intuição empírica, o princípio dos *Axiomas* permite que o que se apreende no fenômeno seja constituído *a priori*. Diz o texto:

“Ora, a maneira como algo é apreendido no fenômeno pode ser determinada a priori de modo tal que a regra de sua síntese possa ao mesmo tempo dar esta intuição a priori em todo o exemplo empírico que se apresente, isto é, possa constituí-la a partir disso.” (A 178/B 220-221)

(42) Texto citado até aqui de acordo com a tradução Rohden-Moosburger; a sentença final é dada de acordo com a versão de Dos Santos-Morujão.

(43) Esta é também a lição, muito explícita de A 165/B 206 onde se diz notadamente o seguinte: “A intuição empírica só é possível através da intuição pura (do espaço e do tempo); portanto, o que a Geometria diz desta também vale incontestavelmente para aquela, e precisa-se eliminar as escapatórias como se os objetos dos sentidos não necessitassem se conformar às regras da construção no espaço (por exemplo, à regra da divisibilidade infinita das linhas e dos ângulos). Deste modo, efetivamente, nega-se a validade objetiva ao espaço e, com ele, ao mesmo tempo a toda a Matemática, não mais se sabendo por que e até que ponto possa ser essa aplicada ao fenômeno. A síntese dos espaços e dos tempos, como forma essencial de toda a intuição, é o que torna ao mesmo tempo possível a apreensão do fenômeno, por conseguinte toda experiência externa e também todo conhecimento dos objetos da mesma, e o que a Matemática no uso puro prova acerca daquela síntese também vale necessariamente para o conhecimento dos objetos da experiência.”

Se voltarmos agora a nosso ponto de embaraço — à idéia de que a interveniência do entendimento na representação intuitiva dos objetos proíbe a equiparação da doutrina kantiana das intuições empíricas à teoria contemporânea dos pensamentos *de re* — creio que nos veremos confortados e fortalecidos pela compreensão agora adquirida de que a composição de partes própria das intuições kantianas pressupõe como *dada* junto com a *forma da intuição* a estruturação topológica e mereológica dos objetos intuídos.

Neste sentido quero crer que o requisito fundamental dos ditos pensamentos *de re* — a objeto-dependência das representações — pode ser reconhecida como preservada na e graças à doutrina kantiana das condições *a priori*⁴⁴ da cognição empírica.

V

Para terminar convém ainda apresentar uma espécie de contraprova, não da boa exegese de Kant, mas da força heurística, da agudeza e descortino das análises kantianas da cognição intuitiva, trazendo para a presente discussão as lições que Strawson nos propõe sobre dois inesperados e aparentemente implausíveis objetos: sobre *Betty* e sobre a *Ursa Maior*.

Antes, porém, de apresentar os exemplos de Strawson, convém precisar que a palavra *contraprova* é usada aqui tanto como uma metáfora do sentido tipográfico do termo, quanto no sentido, já mais abstrato, de *verificação*. A idéia é, em primeiro lugar, a de que a análise de Strawson apresentada a seguir pode ser considerada como uma versão *aggiornata* da doutrina kantiana da intuição; em segundo lugar, de que esta *repetição*, feita no contexto de uma análise lógico-semântica, é uma espécie de corroboração e confirmação das análises de Kant.⁴⁵

(44) *A priori*, sim! Bem, que pensamentos *objeto-dependentes* sejam também *a priori-dependentes*, esta afinal é a melhor ilustração da combinação de *idealismo transcendental* e *realismo empírico* que caracteriza o kantismo.

(45) O que é sugerir que a análise de Strawson considerada na seqüência é uma espécie de espelho semântico das análises lógicas e epistemológicas — ou, se se preferir, lógico-transcendentais — de

No texto que tenho em vista Strawson diz o seguinte:

“Difícilmente se poderá negar que o sentido de ‘bonito’ é tal que dele se pode dizer que agrupa particulares de acordo com uma certa espécie de princípio. Pode-se dizer que o termo agrupa aqueles particulares cujas designações podem ser emparelhadas com ele para produzir enunciados verdadeiros. Ora, num certo sentido também se pode dizer que ‘Betty’ agrupa particulares: um braço particular, uma perna, uma face, mesmo uma ação particular podem ser todos atribuídos verdadeiramente a Betty. Mas, obviamente, o princípio com base no qual ‘Betty’ agrupa particulares como pernas e braços é inteiramente diferente do princípio com base no qual ‘bonito’ agrupa particulares como Betty e Sally.”⁴⁶

O modo em que *bonito* agrupa particulares é, evidentemente, o mesmo modo em que o faz aquilo que Kant denomina de *uso externo* dos conceitos, vale dizer, a utilização das notas características para o fim de estabelecer a identidade ou a diversidade de objetos, tomando-se as notas como o *secundum quid* com relação ao qual hão de ser eles vistos como iguais ou como diferentes. Esta a lição recolhida, por exemplo, na chamada *Lógica de Viena*, onde se lê:

“Uma marca é uma razão de conhecimento, principalmente na comparação das coisas. Na comparação busco a identidade ou a diversidade das coisas. Precisamos de marcas não apenas para distinguir coisas, como sustenta nosso autor, mas também para descobrir no que elas convêm. Por exemplo, não quero distinguir simplesmente um carneiro de um bode, mas também quero saber no que aquele convêm com outro carneiro.”⁴⁷

Kant. Importa também notar que é óbvio que a expressão “*agrupar particulares*” utilizada por Strawson pode ser posta em paralelo com a *combinação* ou *síntese* de Kant.

(46) V. *Singular Terms and Predication*, in D. Davidson e J. Hintikka, *Words and Objections - Essays on the Work of W. V. Quine*, D. Reidel, Dordrecht, 1969, p. 110.

(47) V. *Lectures on Logic*, p. 289 (Ak 24, 834).

Importa entender, porém, que, embora utilizadas para identificação dos objetos, o que as notas características permitem fazer é estabelecer-lhes a identidade *qualitativa*. Isto quer dizer que mesmo quando usado para a cognição de um particular, o conceito funciona por *descarte de diferenças*, posto que sua função não é estabelecer uma conjunção determinada de partes de um objeto *singular*, mas em reconhecer um indivíduo como sendo subsumível sob um termo geral.⁴⁸

Creio que este ponto se torna ainda mais claro se compararmos o modo em que (i) «Betty» agrupa particulares e o modo em que (ii) o conceito «*corpo feminino*» agrupa particulares.

«Betty» agrupa as pernas e braços, o torso, o rosto, os cabelos de Betty — não os de Gisele Bundchen ou de Ana Paula Arósio. Já o conceito de «*corpo feminino*» contém sob si os conceitos subordinados de «*pernas e braços femininos*», de «*torso feminino*», de «*rosto feminino*», de «*cabelos femininos*» e permite agrupar a Betty, a Gisele Bundchen, a Ana Paula Arósio na medida em que cada e uma delas é um caso de instanciação do conceito de «*corpo feminino*» e dos conceitos subordinados inclusos em sua esfera.

O nome *Betty*, contudo, agrupa particulares de uma bem outra maneira porque, ao tê-lo em mente, o percebido ou pensado é uma certa idiossincrática configuração de partes representadas sensível e iconicamente — a configuração que dá a fisionomia única de Betty, o seu perfil corporal e o que a distingue fisicamente das demais mulheres. O que é dizer que o modo em que o nome «Betty» agrupa os particulares se funda na cognição intuitiva de Betty e no modo em que suas partes lhe compõem a *figura*.

Para entendermos que continuamos no coração do mesmo assunto tratado nas partes anteriores deste texto, é fundamental, porém, que ouçamos o que

(48) Robert Paul Wolff apresenta expressivamente este pensamento ao dizer que o conceito se encontra “*always at least at a single remove from its object*”. Cf. *Kant’s Theory of Mental Activity*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1963, p. 63.

Strawson tem a dizer sobre a *Ursa Maior* e sobre a distinção entre o modo em que *Betty* e a *Ursa Maior* agrupam particulares. Diz Strawson:

“Não todos os particulares são espaço-temporalmente contínuos, como o é Betty. Mas o contraste entre princípios de agrupamento não é (...) dependente de tal continuidade, embora ele seja mais facilmente visto nos casos caracterizados pela continuidade. A expressão «A Ursa Maior» (utilizada como nome de uma constelação) designa um particular espaço-temporal, embora não um contínuo, ao passo que, mesmo que ocorresse que todo o ouro do mundo viesse a formar uma massa contínua, isto não transformaria «ouro» na designação de um particular espaço-temporal. O que torna correto contar uma estrela como uma parte da Ursa Maior ou um braço como um pedaço de Betty pelo menos tem a ver com sua relação a outras partes da Ursa Maior ou de Betty, enquanto que o que torna correto contar algo como uma instância de ouro não tem nada a ver com suas relações espaço-temporais a outras instâncias de ouro. A distinção entre ser uma parte particular de (ou um elemento em, etc.) e ser uma instância particular de permanece suficientemente clara aqui, mesmo se a continuidade espacial se perdeu.”⁴⁹

É muito evidente, portanto, que o modo em que “*Betty*” e a “*Ursa Maior*” agrupam particulares é bastante distinto, pois enquanto “*Betty*” define limites genuínos, baseados em relações de continuidade-descontinuidade espacial interna e na discriminação de heterogeneidades de forma, cor e movimento dos particulares que agrupa, a “*Ursa Maior*” define limites com um grau de arbitrariedade superior, eis que toma como unidade uma multiplicidade de objetos espacialmente desligados, ainda que levando em conta certas relações de proximidade e simetria existentes entre eles. Valendo-nos da terminologia proposta contemporaneamente por Barry Smith e Achille Varzi, podemos dizer, portanto, que *Betty* e *Ursa Maior* designam exemplos paradigmáticos, respectivamente, de *objetos* e de *aglomerados bona fide*.⁵⁰

(49) *Id.*, p. 117.

(50) Cf. Barry Smith e Achille C. Varzi, *The Formal Ontology of Boundaries*, “The Formal Ontology of Boundaries”, *Electronic Journal of Analytic Philosophy*, 5:5, 1997. Smith e Varzi observam por exemplo: “Exemplos de objetos *bona fide* são: John e Mary, o planeta Terra. Exemplos de objetos *fiat* são: todas as

Porém, a despeito desta diferença, permanece verdadeira a observação de Strawson de que o modo em que os nomes “Betty” e “Ursa Maior” agrupam particulares é *categorialmente* distinto do modo em que conceitos ou classes o fazem, posto que a base de reunião naqueles casos não é constituída, como nestes, por notas características, vale dizer por entidades meramente intensionais, mas por representações diretas e constitutivamente icônicas, ou para usar o termo de Kant, hipotipizadas, de objetos externos dados perceptivamente e necessariamente estruturados *significativamente* por relações mereológicas e topológicas.⁵¹

Que o acesso cognitivo a tais objetos dependa primariamente da relação direta com eles parece, portanto, fora de dúvida, de sorte que nossa conjectura inicial de que a doutrina kantiana da intuição empírica pode ser considerada como uma variante da teoria contemporânea dos pensamentos *de re* parece plenamente justificada.

entidades geográficas cuja demarcação não respeita diferenciações qualitativas ou descontinuidades espaço-temporais no território correspondente.” É evidente que neste sentido Betty é um objeto *bona fide*. Já a Ursa Maior deveria ser considerada, não como um objeto, mas como um *aglomerado bona fide*, entendendo-se por tal “*aglomerações que são (...) partes genuínas da ordem causal do que acontece*”, como, por exemplo, “*colônias de organismos unicelulares ou cardumes de peixes*” e que podem ser caracterizadas como “*aglomerações que existem independentemente da cognição humana*” -por oposição a *aglomerações fiat*, cuja característica é serem “*discriminadas de seu contexto enquanto resultantes da decisão ou convenção humana.*” (Cf. Barry Smith, *Agglomerations*. Este texto pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <http://wings.buffalo.edu/philosophy/faculty/smith/BSPUBLST.HTM>.) Também se pode dizer que a Ursa Maior, não obstante formada por partes topologicamente separadas, é, contudo um todo mereo-topologicamente estruturado, não apenas por força das relações de vizinhança e simetria entre suas partes, mas também porque estas se movem como se fossem um só objeto. Cf. Roberto Casati e Achille C. Varzi, *Parts and Places*, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1999, p. 14.

(51) Este é o ponto que Strawson faz ao dizer, a propósito da geometria, que seus axiomas são verdadeiros em função “*dos significados ligados às expressões que eles contêm*”, significados esses que são “*essencialmente figuráveis*”. O texto a que estou a aludir diz o seguinte: “*Considere-se a proposição de que não mais do que uma linha reta pode ser traçada entre dois pontos. (...) Quando fazemos isso torna-se evidente que não podemos (...) dar a nós mesmos uma figura tal que sejamos capazes de dizer dela que nos*

RESUMO

O artigo pretende mostrar que a concepção kantiana da intuição empírica concorda no essencial com a teoria contemporânea acerca dos pensamentos de re, segundo a qual a intuição seria um modo de referência imediata a objetos singulares. Porém, essa interpretação de que há uma equivalência entre a doutrina kantiana das intuições e as teorias do pensamento de re apresenta algumas dificuldades, cuja raiz comum se encontra na constatação de que, para Kant, muito embora a afecção seja uma condição necessária da cognição empírica, sob nenhuma hipótese poder-se-á considerá-la como uma sua condição suficiente. Ofereceremos uma interpretação para eliminar essas dificuldades, ao examinarmos a distinção entre as sensações e as determinações da forma da intuição.

ABSTRACT

This paper intends to show that Kant's conception of empirical intuition is not in conflict with the contemporary theory on de re thoughts, according to which intuition is a mode of immediate reference to singular objects. Nevertheless, this interpretation proposing an equivalence between the Kantian doctrine of intuitions and the theories on de re thoughts presents some problems, whose common source lies in the fact that for Kant affection is a necessary condition of empirical cognition, but in no way can be considered its sufficient condition. We propose an interpretation in order to solve these difficulties, based on an examination of the distinction between sensations and formal determinations of intuition.

mostra duas linhas distintas e que nos mostre estas linhas passando pelos mesmos pontos. Costuma-se falar dessa impossibilidade dizendo que tais axiomas são necessariamente verdadeiros (...). Podemos explicá-la dizendo que os axiomas são verdadeiros unicamente em virtude dos significados ligados às expressões que eles contém, mas esses significados são essencialmente fenomenais, significados visuais, significados essencialmente figuráveis («picturables»)." V. The Bounds of Sense, Methuen & Co Ltd, Londres, 1966, po. 282